

Vitórias no TRF pela GAS e auxílio-creche

Leia na página 3

FOTO: Samuel Tosta



Jornada Nacional de Lutas: julho começa com a mobilização da Central Única dos Trabalhadores em Brasília contra o PLP 01 e pela manutenção do veto à Emenda 3 do projeto da Super-Receita

O Sisejufe começa o segundo semestre de 2007 com um novo jornal. Dentre os temas aqui tratados, você vai encontrar a opinião de uma servidora do Judiciário Federal sobre o Plano de Carreira e um balanço das primeiras visitas ao Interior do diretor recentemente liberado pelo sindicato. Saiba aqui como providenciar sua nova carteira sindical e veja reportagem sobre o lobby dos requisitados para a aprovação da PEC 02 em Brasília. Nesta edição, o Sisejufe também faz um balanço de sua administração e alerta que sem mobilização permanente podemos perder conquistas históricas.

Boa leitura!

Presidente da CUT avalia seu primeiro ano

FOTO: Henri Figueiredo



Em visita ao Sisejufe, a presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, Neuza Luzia Pinto, concedeu entrevista exclusiva ao Con-

traponto. Ela fez um balanço de seu primeiro ano à frente da central sindical e comentou temas polêmicos, como a recente dispensa de funcionários. Na conversa,

Neuza explica que o apoio ao veto à Emenda 3 e a luta contra o PLP 01 são o centro da Jornada Nacional de Lutas, este mês, em Brasília.

Página 7

LEIA TAMBÉM

Entrevista exclusiva: ministro Luiz Marinho.

página 5

Nesta edição, as Tabelas do PCS.

páginas 9 e 10

Quadrilha no sindicato. Diretores envolvidos.

contracapa

Editorial

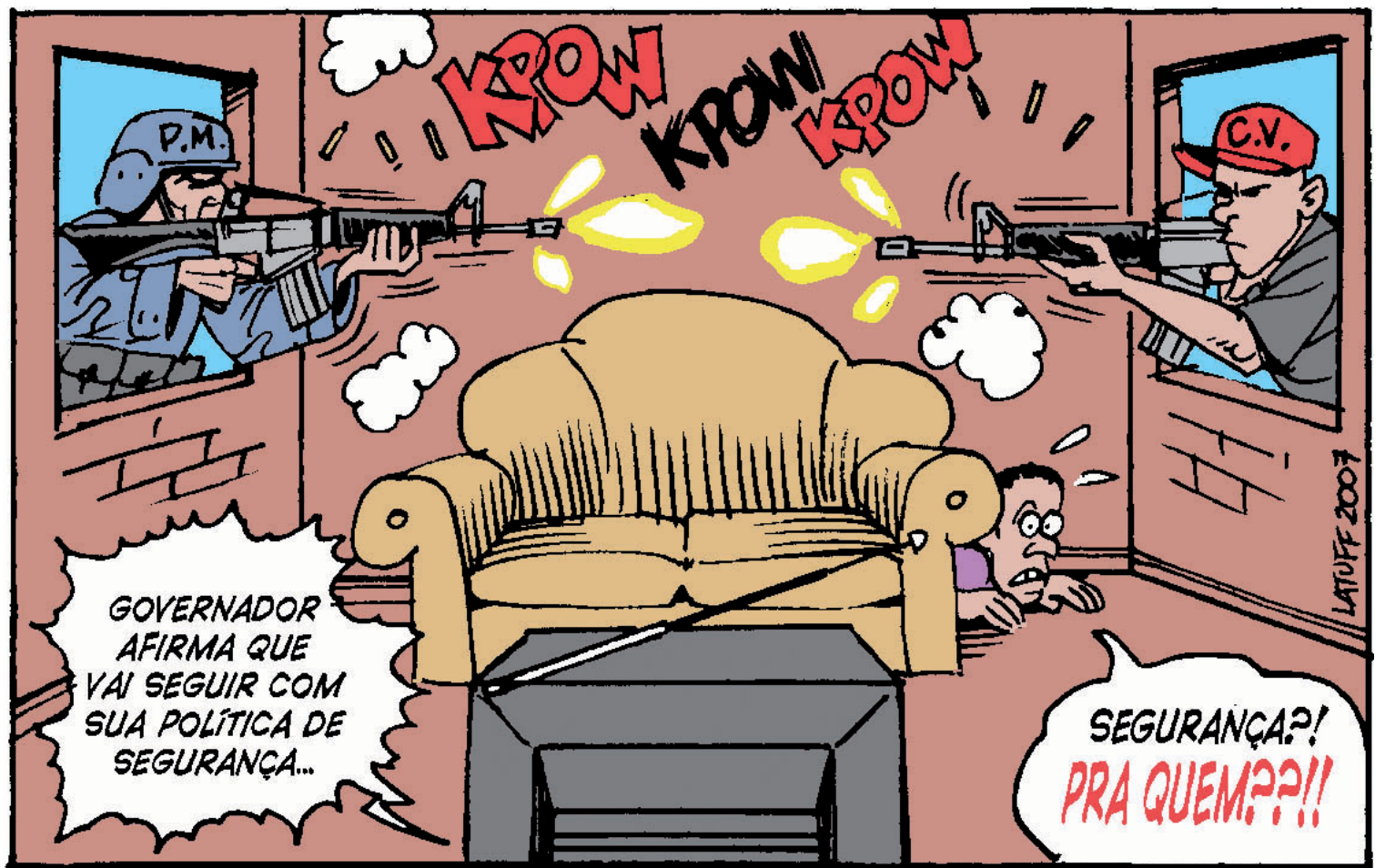
Os servidores do Judiciário Federal, em termos de qualificação, integram hoje o topo da carreira no funcionalismo público. Para esse público crítico e preparado, representado há 18 anos pelo Sisejufe, apresentamos neste mês de julho de 2007 o novo jornal Contraponto.

Diante da enorme concentração da produção de informação jornalística no Brasil, onde grandes grupos empresariais montam oligopólios midiáticos e, com isso, interferem na disputa política e ideológica, é cada vez mais importante veículos que priorizem a cobertura das ações dos trabalhadores e de suas organizações de classe.

O Contraponto nasce com o propósito de apurar, processar e transmitir informação para além das lutas corporativas dos servidores das Justiças Federais, posicionando a categoria ao lado dos movimentos sindicais e sociais que buscam a justiça social e melhores condições de vida para todos.

Nosso novo projeto gráfico e editorial, em formato maior, em papel reciclado e em cores, abre espaço para reportagens e entrevistas, traz a opinião de leitores e de colaboradores, e apresenta informações relevantes para seu principal público como, por exemplo, as Tabelas do PCS, publicadas nesta edição.

O Sisejufe espera que, sindicalizados ou não, todos colaborem com o Contraponto. Um jornal que nasce comprometido com a luta sindical, com a pluralidade de idéias e com a verdade dos fatos.



Carreira única não significa qualificação

Opinião – Plano de Carreira É salutar que estejamos debatendo esses temas

Daniela Novaes Cajazeira*

Foi com perplexidade que recebi a matéria publicada no número anterior do jornal do Sisejufe (*Que Fazer? Nº 104*), escrita pelo colega Eudes Magalhães Júnior, defendendo a idéia de uma carreira única no Judiciário. Como psicóloga, estudei durante cinco anos numa faculdade, mais dois anos numa pós-graduação e dou continuidade aos meus estudos através de cursos e congressos, pretendendo posteriormente aperfeiçoar meus conhecimentos através de mestrado. Não tenho dúvidas de que meus conhecimentos estão diretamente relacionados à qualidade do trabalho que exerço na Seção Judiciária, o qual exige qualificação e técnica, assim como os outros segmentos de atividades existentes na Instituição, cada um em sua área.

Discordo do colega quando coloca que os servidores de uma forma geral li-

dam com “procedimentos administrativos pré-estabelecidos”. Como qualquer sistema organizacional, a Justiça Federal possui diferentes campos de trabalho que comportam diferentes áreas de especialização e tipos de atividades – em especial na área meio, setor fundamental para o bom funcionamento da área fim. Para se ter uma idéia geral, temos cargos de analista judiciário/contador, arquiteto, engenheiro, médico, enfermeiro, psicólogo, assistente social, odontólogo, bibliotecarista, economista, analista de sistemas etc. Da mesma forma existem também as especialidades no cargo de técnico judiciário: contabilidade, digitação, auxiliar de enfermagem, segurança e transporte, telefonia etc. Também no âmbito jurídico, os servidores lidam com procedimentos que exigem muitas vezes uma especificidade ou aprofundamento de conhecimentos. As atividades da Organização, portanto, não têm como ser

desempenhadas segundo “as diferentes aptidões ou preferências entre os servidores” ou avaliadas segundo uma “hierarquia de mérito”, baseada em tempo de serviço, cursos internos ou empenho, conforme coloca o colega.

Pelo aperfeiçoamento do concurso

É fundamental não confundirmos as propriedades de caráter necessárias ao exercício da função pública (ética, zelo, responsabilidade, honestidade) com as qualificações técnicas necessárias ao exercício de um cargo, seja ele público ou privado. Não podemos de nenhuma maneira abrir mão da técnica e da qualificação se quisermos que a Justiça Federal acompanhe a evolução administrativa e organizacional do mundo atual. O que se faz necessário para este fim não é a homogeneização das diferentes carreiras e especialidades, diluindo-as em

um sistema único, mas sim o aperfeiçoamento do concurso público enquanto instrumento de mensuração das condições do candidato para o exercício das atribuições do cargo ao qual se propõe.

Por fim, considero importante dizer que é imensamente salutar que estejamos construindo um debate sobre questões como essas, pois enquanto servidores devemos nos sentir não só envolvidos com a não estagnação das nossas carreiras mas também com a não estagnação da Justiça Federal enquanto Instituição prestadora de serviço de fundamental importância para a sociedade.

*Analista Judiciária/Psicóloga.

Envie também sua opinião sobre o novo Plano de Carreira, em até 2 mil caracteres, para imprensa@sisejuferj.org.br.

SISEJUFE/RJ: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejuferj.org.br

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Márcio Hungerbühler, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – Bianca Rocha (Estagiária de Jornalismo) – **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:** Claudio Camillo (MTb 20.478) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial.

IMPRESSÃO: Palavras Pintadas. (7 mil exemplares)

Gratificação de Segurança é paga em junho

TRF Esta é uma das reivindicações atendidas após reunião do Sisejufe no TRF

Max Leone*

Após algum tempo, a Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF) apresentou suas respostas às reivindicações feitas pela direção do Sisejufe na reunião de 28 de maio. Na ocasião, os diretores do sindicato Valter Nogueira, Roberto Ponciano e Otton Cid foram recebidos pelo presidente do tribunal, desembargador federal Joaquim Antônio Castro de Aguiar.

Semanas após o encontro, o TRF respondeu com o anúncio de que a Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) seria implementada ainda no mês de junho para os servidores do TRF e da Justiça Federal no Rio. Os valores, constaram no contracheque do mês, retroativamente a janeiro. Ficou acertado ainda que os atrasados referentes a 2006 serão pagos quando houver orçamento disponível.

O diretor do Sisejufe Otton Cid informa que a Presidência do TRF se comprometeu em implantar o Adicional de Qualificação (AQ), mas somente para os servidores com curso de pós-graduação, mestrado e doutorado. Os demais casos – como cursos de capacitação, por exemplo – passarão por estudos e dependerão de liberação de verbas. Atualmente, existem cinco mil pedidos pendentes



No TRF: reunião em maio serviu para a diretoria do Sisejufe apresentar reivindicações ao desembargador federal Joaquim Antônio Castro de Aguiar (centro)

para pagamento do adicional. A direção do TRF explicou que os cursos oferecidos pelos sindicatos contarão como horas adicionais de qualificação. Para que sejam considerados para o AQ, será preciso que eles atendam as exigências da portaria conjunta assinada pelos presidentes de Tribunais Superiores. O critério é usado também para as aulas oferecidas pelo tribunal em seus cursos internos.

Vitória no auxílio-creche

Outra vitória da categoria foi o reconhecimento da uniformização do auxílio-creche. O Setor de Recursos

Humanos do TRF deu parecer favorável à concessão e a Secretaria de Orçamento do Conselho de Justiça Federal (CJF) estudará a forma de viabilizar a dotação orçamentária, já que em outros tribunais o valor é superior ao pago na JF e TRF. Esta vitória é resultado de um pedido administrativo feito pela direção do sindicato e está agora para ser votado no CJF.

Outros assuntos que constavam na pauta de reivindicações não avançaram muito. O reembolso do plano de saúde por parte do tribunal, tendo em vista que vários servidores que não estão no plano do TRF não recebem qual-

quer tipo de compensação ao precisarem de atendimento médico, ficará para estudo posterior; a concessão de auxílio-alimentação para servidores com licenças médicas acima de 730 dias ou licenciados por motivo de doença de uma pessoa da família, com remuneração, deverão ser avaliadas com mais detalhes pela direção do TRF. Hoje estes servidores têm o benefício suspenso.

Já na questão da licença-saúde, a Presidência do TRF bateu pé e a manteve da forma como é atualmente, ou seja, o servidor continua obrigado a entregar o atestado médico durante a enfermidade. O sin-

dicato havia reivindicado que essa medida fosse revista. O presidente do Tribunal argumentou, no entanto, que a mudança poderia incentivar licenças fraudulentas. Mas ficou garantido que casos especiais serão analisados individualmente.

Por fim, o desembargador Joaquim Antônio Castro Aguiar afirmou ter interesse em criar um quadro de seguranças mais qualificados para o tribunal. Novas reuniões serão agendadas para planejar a implementação, como sugeriu o Sisejufe, que pediu a criação de um grupo de trabalho conjunto.

*Da Redação.

Novas vagas para Espanhol e Marxismos

O curso de Espanhol promovido pelo sindicato está disponibilizando para servidores das Justiças Federais mais 15 vagas. O curso acontece às terças e quintas-feiras, às 9h30, na sede do Sise-

jufe. O custo do curso é de R\$ 10 mensais para sindicalizados e de R\$ 30 mensais para dependentes, mais o custo do livro didático *Gente*, o mesmo utilizado pelo Instituto Cervantes, da Espanha. O curso

de Espanhol está em andamento, mas como ainda está nos módulos básicos, novos alunos não encontrarão dificuldades em acompanhar as aulas.

O curso Marxismos, que também acontece no

sindicato todas as segundas-feiras, às 19h, abriu 20 vagas. Também dividido por módulos, é possível para novos participantes acompanharem sem problemas as aulas. Marxismos é ministrado por professores

universitários e abrange autores clássicos marxistas e outros que tangenciam a obra de Karl Marx. O custo é de R\$ 10 para servidores federais e de R\$ 40 mensais para os demais interessados.

Sindicalizados recebem as novas carteiras

Convênios Documento dá uma série de vantagens aos associados do Sisejufe

O Sisejufe está renovando as carteirinhas dos sindicalizados. O sindicato fez uma atualização de dados na qual se constatou que boa parte dos associados não tinham o documento. A última expedição foi em 1998 e os sócios que se sindicalizaram a partir desta data não tinham a carteira. Até a gestão passada, para recebê-la, os servidores precisavam fazer uma requisição. Com o novo sistema, todos os associados cadastrados já têm sua carteira pronta, bastando retirá-la na sede do sindicato.

De 1998 para cá, o Sisejufe passou por três diferentes gestões, mudou para a sede própria na Av. Presidente Vargas nº 509, trocou telefones de con-



FOTO: Bianca Rocha

A funcionária Kátia (foto), do Sisejufe, entrega as carteiras na JF da Rio Branco.

tato e ganhou vários novos sindicalizados. O documento antigo estava, portanto, defasado e merecia uma atualização.

O sindicato produziu cerca de 4 mil carteiras para todos os seus filiados e começou a entrega no dia 26 de junho, na reunião do Núcleo dos Aposentados. Entre os dias 26 e 29 de junho a distribuição foi feita nos tribunais. Desde então o documento pode ser retirado na sede do Sisejufe. Com a apre-



sentação da carteira, o sindicalizado tem direito a descontos em óticas, pousadas, hotéis, restaurantes, universidades, colégios, cursos de idiomas, seguros de automóveis, assistência funerária e várias outras vantagens.

A nova carteira do sindicalizado informa o nome, a

matrícula sindical, a matrícula funcional, o número da identidade e do CPF. O documento também deve ser assinado. Para saber mais, consulte a nossa página (<http://sisejufe.org.br>) e conheça todos os benefícios a que os servidores têm direito.

*Da Redação.

Fenajufe quer isonomia no auxílio-alimentação

Justiça do Trabalho No TST, valor é de R\$ 590

Leonor Costa*

O coordenador da Fenajufe Roberto Policarpo se reuniu na terça-feira, 26 de junho, com a secretária de Recursos Humanos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ana Cláudia Braga de Mendonça e com o secretário de Orçamento, Marcelo Barros Marques, para tratar do pagamento do auxílio-alimentação aos servidores da Justiça do Trabalho. No encontro, que também contou com a presença do secretário-geral do Conselho, Cláudio Guimarães Rocha, o coordenador da Fenajufe reivindicou a isonomia do valor do auxílio no âmbito da JT, ao que é pago atualmente aos servidores do TST

e do CSJT, cujo auxílio é R\$ 590,00.

Roberto Policarpo ressaltou que a Justiça do Trabalho paga um valor menor do auxílio-alimentação e que é necessário garantir a isonomia, em nível nacional, com todas as justiças. A última resolução do Conselho, em 2006, determinou o aumento do benefício para R\$ 396,00.

Cláudio Rocha disse ao coordenador da Fenajufe que o presidente do TST e do CSJT, ministro Rider Nogueira de Brito, considera a reivindicação dos servidores justa e que o mesmo tem se empenhado para garantir a equiparação do auxílio-alimentação em toda a Justiça do Trabalho.

Na reunião de ontem ficou acertado a elaboração de um estudo, com todos os dados sobre o pagamento do auxílio-alimentação na Justiça do Trabalho, que deve ser finalizado até o mês de julho. Dessa forma, foi marcado um próximo encontro para a segunda quinzena de julho, com a equipe do CSJT e o coordenador da Fenajufe Roberto Policarpo, para discutir os resultados desse estudo. De acordo com o secretário-geral, a expectativa é que o processo sobre o aumento e a isonomia do auxílio-alimentação entre na pauta da sessão do Conselho do dia 28 de agosto.

*Imprensa – Fenajufe.

TSE autoriza pagamento do enquadramento

O ministro Marco Aurélio Mello determinou no dia 27 de junho o pagamento do enquadramento previsto no artigo 22 da Lei 11.416. No documento, o ministro afirma: "Ainda que tal pleito não tenha sido atendido até o presente momento, está autorizada a implantação de que trata o artigo, correspondente a este exercício, haja vista que, reavaliada a programação orçamentária de pessoal e encargos da Justiça Eleitoral, foram identificadas disponibilidades no montante necessário – R\$ 8,1 milhões – à cobertura desse acréscimo de despesa".

Na última audiência com a Fenajufe, ocorrida

em 5 de junho, o ministro justificou a demora no pagamento devido à falta de previsão orçamentária. Argumento contraposto por Roberto Policarpo, coordenador-geral da federação, que defendeu a possibilidade de incorporar e pagar o retroativo referente ao período de janeiro a maio de 2007, ainda em junho, em toda a Justiça Eleitoral.

Outro argumento utilizado pelo coordenador, com o objetivo de agilizar o pagamento do enquadramento, foi o de que a JE era a única justiça que ainda não havia implementado esse dispositivo do PCS.

*Imprensa – Fenajufe.

Governo prepara algemas para funcionalismo

Direito de Greve Paulo Bernardo quer coibir o que considera “abusos”

Numa demonstração de que quer endurecer com os servidores, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, bateu o martelo e decidiu enviar ao Congresso até agosto projeto para regulamentar a greve no serviço público. Leia-se, tentar algeimar o movimento sindical desse setor.

A decisão de Bernardo tem total apoio do presidente Lula, que voltou a defender a regulamentação do direito de greve para o funcionalismo público, com a possibilidade

de descontar os dias parados do salário. “Eu não sou contra a greve, eu vou regulamentar a greve. Ninguém pode ficar 70 dias sem trabalhar e depois receber o dia que não trabalhou”, disse Lula.

Segundo o ministro Paulo Bernardo, o governo pensa em discutir a minuta do projeto com as entidades sindicais, mas enfatizou que, se não houver acordo em relação às questões centrais, o projeto será enviado assim mesmo, apesar da discordância dos sindicatos. Para ele,

Foto: Fabio Pozzebom/ABr



Bernardo: se não houver acordo, o projeto será enviado assim mesmo.

é urgente e necessária a regulamentação da greve na administração pública para criar limites ao que chama abusos de algumas categorias que ficam em greve por vários dias, às vezes meses, causando graves prejuízos à população. O projeto vai definir o que pode ser feito e o que não pode ser feito, ou seja, “ver o limite de onde vai o interesse público e as campanhas reivindicatórias do setor público”.

Em reunião realizada neste ano com as entidades

sindicais e com o presidente da CUT, todos defenderam a institucionalização da negociação coletiva no serviço público federal. O ministro ressaltou aos sindicalistas que seria então adequado que as duas questões caminhassem juntas: a regulamentação do direito de greve e a negociação coletiva. Houve protestos de servidores em greve de algumas categorias presentes à audiência pública que têm reivindicações diversas como estruturação de planos de carreira, reajustes salariais, entre outros.

Ex-presidente da CUT quer restringir greves

Ponto a ponto Marinho diz que o importante é negociar

O governo está bem articulado no que diz respeito à defesa da regulamentação do direito de greve dos servidores. Além do presidente Lula, que é ex-sindicalista e do ministro do Planejamento Paulo Bernardo, o ex-presidente da CUT Luiz Marinho, atual ministro da Previdência, defende a limitação. O Contraponto conversou com o Marinho no dia 26 de junho, quando esteve no Rio de Janeiro inaugurando agências da Previdência.

Contraponto – O senhor defende a restrição ao direito de greve proposta pelo governo federal?

Marinho – A posição é do governo e combina com a minha posição de sindicalista. O que se discute na verdade é um conjunto de mal-entendidos. O que o governo está encaminhando é para atender a uma reivindicação histórica dos sindicatos dos servidores, que é garantir o direito de negociação e junto com isso fazer a regulamentação do direito de greve.

Foto: José Cruz/ABr



Luiz Marinho: “Se você entrou em greve tem que pressupor que terá o dia descontado e poderá ser transformado em dia remunerado se for parte da composição do acordo, se for conquistado, como reposição de jornada”.

Contraponto – Mas o senhor é contra a greve?

Marinho – Na greve é importante a negociação, é importante o conceito da regulamentação do direito de greve. Hoje você tem um monte de juiz que acaba concedendo o não

desconto dos dias parados pela ausência do direito de negociação. Na greve, o cidadão vai em busca de abrir negociação, fixar o resultado de uma conquista. Mas dias não trabalhados são dias não remunerados.

Contraponto – O senhor defende os descontos dos dias parados?

Marinho – Eu não sei por que a estranheza. Uma greve equivale à suspensão do contrato. Você sequer pode demitir o cidadão no direito de greve, então vejo a pessoa estranhar que não se pague os dias de greve. Mas como querem receber o dia de greve? O dia de greve não pode nunca ser pago? Não é isso também que eu estou dizendo...

Contraponto – O que é então?

Marinho – Tudo é resultado da negociação. Você entra em greve pressupondo que você não vai ter o dia descontado mas é o contrário, se você entrou em greve você tem que pressupor que terá o dia descontado e poderá ser transformado em dia remunerado se for parte da composição do acordo, se for conquistado, como reposição de jornada. Não tem maldade nenhuma, é natural.

Contraponto – No seu tempo de sindicalista e quando o presidente liderava o movimento em São Bernardo, o senhor já tinha essa concepção? Vocês iam para a greve achando que poderiam ficar sem receber os dias parados?

Marinho – Nós nunca recebemos uma hora de greve, é uma prática do setor privado. Em 1979, o presidente liderou a greve, 16 dias de greve; em 1980, mais 41 dias de greve. Nós chegamos a fazer a negociação para dias de greve se transformarem em dias remunerados? Chegamos, fizemos acordo.

Contraponto – A saída é negociar?

Marinho – Tem que ser parte do acordo. Porém no setor público, como não tem um instituto para a negociação coletiva, há uma exacerbção do conflito. Não há legislação que ampare com clareza a negociação. E a Justiça derruba qualquer decisão administrativa de não pagar os dias parados.

Presidente visita sindicalizados no Interior

Categoria Objetivo é verificar condições de trabalho e aproximar o sindicato dos servidores

Com a liberação, desde 14 de maio, do diretor Roberto Ponciano, o Sisejufe intensificou sua atuação no interior do estado do Rio de Janeiro e cumpre, deste modo, uma das promessas de campanha da atual diretoria. A maior parte das Regiões Metropolitana, Serra, Sul e Norte foram cobertas pela visita de Ponciano, que é formalmente o presidente do sindicato, e do funcionário Anderson Bento.



Foto: Henri Figueiredo

Mais perto da base: Ponciano (à esquerda) e Anderson já percorreram quase todas as regiões do estado do Rio

O roteiro de visitas começou pela Região Metropolitana. Ponciano percorreu os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu e esteve em 15 Zonas Eleitorais, 15 Varas Trabalhistas, 2 Juizados Especiais, 2 Varas de Exe-

cução Fiscal, 5 Varas Federais.

Continuando as visitas, o presidente do Sisejufe conversou com servidores do Judiciário Federal em Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. Na região, foram percorridas 24

Zonas Eleitorais, 11 Varas Trabalhistas, uma Vara Única (em Itaboraí), 7 Varas Federais e 3 Juizados Especiais.

No terceiro roteiro, o dirigente sindical esteve em Campos dos Goytacazes, Macaé, Itaperuna e Italva,

onde visitou 10 Zonas Eleitorais, 4 Varas Trabalhistas, 2 Varas Federais, 1 Juizado Especial e 1 Vara Única. No quarto roteiro, Roberto Ponciano ouviu reivindicações e verificou as condições de trabalho nas cidades de Itaguaí, Angra dos Reis e Volta Re-

donda. As visitas aconteceram em 7 Zonas Eleitorais, 4 Varas Trabalhistas, 3 Varas Federais, 2 Juizados Especiais e 1 Vara Única. Já na serra, foram visitadas as cidades de Teresópolis e Nova Friburgo.

“Na ida ao interior fizemos questão de pontuar a necessidade dos servidores atuarem nas lutas do Sisejufe e da CUT”, diz Roberto Ponciano. Ele destaca a mobilização contra o PLP 01, que na prática congela o salário do servidor federal por dez anos, a luta para que não se restrinja o direito de greve e a denúncia do “trem da alegria” que é a PEC 02. “Ações como a luta contra a regulamentação restritiva da licença-saúde também estão na pauta da luta específica do sindicato”, completa Ponciano.

Conheça as principais demandas do Interior e as ações do Sisejufe

Convênios

Os sindicalizados do Interior reivindicaram mais convênios em suas localidades, especificamente com as universidades Cândido Mendes, UNIG, Unigranrio e Feso. A Cândido Mendes e a Unigranrio tinham dado resposta negativa ao sindicato, mas o Sisejufe vai renovar o pedido de convênio. A UNIG e a Feso serão contactadas. Qualquer outro convênio pode ser sugerido no seguinte endereço eletrônico: administracao@sisejuferj.org.br

Quintos e URV

Os sindicalizados do Interior reiteraram que o sindicato deve aumentar a pressão pelo pagamento dos quintos. No TRT, em especial, há a ansiedade pelo não pagamento até hoje da URV – os 11,98%. O sindicato vai intensificar a pressão junto à Fenajufe e seus sindicatos filiados para que haja uma dotação orçamentária suplementar. Estamos pleiteando, junto ao governo, um calendário mínimo para pagamento dos passivos do Judiciário. Segundo o diretor geral do STF os passivos já ultrapassam R\$ 5 bilhões. Tendo em vista que o sindicato foi convidado para participar do debate sobre a gestão orçamentária do TRT, vamos apresentar proposta de se priorizar o pagamento dos passivos.

Ações de Capacitação e Treinamento

Há uma grande insatisfação em decorrência da falta de uma política de capacitação de pessoal que contemple os servidores no Interior. Todos os cursos são ministrados na Capital, o que impossibilita que os colegas de cidades distantes participem. O sindicato vai levar a situação aos presidentes dos tribunais e entrar com pedidos administrativos para que o Interior seja contemplado nos treinamentos.

As reivindicações são para:

- 1) Criação de cursos em pólos no Interior.
- 2) Pagamento de diárias e hospedagem para servidores em curso na Capital.
- 3) Liberação da jornada de trabalho para servidores do Interior participarem da capacitação funcional.

Condições de trabalho

Roberto Ponciano recolheu diversas reclamações na Justiça do Trabalho e nas Zonas Eleitorais sobre condições precárias de trabalho. Os cartórios eleitorais, em geral, estão instalados em locais que não apresentam boas condições. Seria necessário avaliar os equipamentos e as acomodações para se evitar LER-Dort. Na Justiça do Trabalho as condições são bem piores. Há alguns fóruns trabalhistas novos, como é o caso de Itaboraí, mas outros estão em estado precário e insalubre, como o de Nova Iguaçu, no qual há infiltração, rede elétrica à mostra, paredes descascadas e reboco do teto soltando. O sindicato vai encaminhar pedido urgente de reforma ou de transferência da sede à atual presidente do TRT.

Longas jornadas de trabalho

Os servidores do Interior apóiam a luta pelas 6 horas. Em algumas varas do Trabalho e Federais houve reclamação por conta da longa jornada, já que para dar conta do serviço os trabalhadores estão indo além das 8 horas diárias. Na Justiça Federal há um agravamento das condições de trabalho por conta do processo virtual. Com ele, os servidores se tornam, na prática, digitadores de dia inteiro, sem que estejam protegidos pela legislação que trata do trabalho de digitadores – que é de 6 horas de jornada. Estes colegas já apresentam sinais de LER/Dort e de fadiga nos olhos.

Pagamento dos adicionais

O sindicato comunicou que aguarda a regulamentação do PCS para cobrar dos tribunais o efetivo pagamento dos Adicionais de Qualificação (AQ). Como os tribunais superiores já assinaram a regulamentação conjunta (com exceção do TSE), o sindicato continuará cobrando. Todo e qualquer servidor que não tenha recebido o adicional deve procurar o sindicato para que se encaminhe a cobrança ao respectivo tribunal.

GAS e GAE

Nossa orientação é para que os servidores tenham a mesma atitude com relação ao AQ: se não receberem, procurem imediatamente o sindicato.

Isonomia FC1 x FC4

O sindicato está na vanguarda na luta pela isonomia e está cobrando esta semana da Fenajufe, em Brasília, que se agende uma reunião com o presidente do TSE para tentar a estruturação do anteprojeto de lei para a isonomia.

Delegados de base

A previsão é de que haja eleições de delegados em outubro e novembro, criando assim um elo permanente entre a direção do Sisejufe e cada pólo no Interior. A atual gestão tem compromisso de fazer deste sindicato uma entidade com atuação em âmbito estadual.

PL 319

Os técnicos judiciários do Interior reivindicam o adicional de qualificação de 5% e a possibilidade de transferência entres Justiças de especialidades diferentes. O Sisejufe está pressionando o deputado federal Rodrigo Maia (DEM/RJ) que é o relator do PL 319 na Comissão de Trabalho da Câmara Federal, a elaborar seu parecer. Uma das emendas a esse projeto de lei garante a redistribuição dos servidores entre tribunais em caso de haver interesse em permutas.

CUT-RJ: um ano de desafios

CUT-RJ Presidente toma medidas drásticas para recolocar a central nos trilhos

Foto: Bianca Rocha

A servidora pública Neuza Luzia Pinto, 48 anos, completa em 7 de julho o seu primeiro ano na presidência da Centra Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio de Janeiro. Nutricionista formada pela Universidade Federal Fluminense, Neuza mora na Ilha do Governador e é do quadro técnico-administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua no movimento sindical desde a década de 80 e em 1992 ingressou na direção do Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ (SINTUFRJ). Nesta entrevista exclusiva, a presidente da CUT analisa o seu primeiro ano diante da central sindical, fala da crise financeira da entidade e da mobilização contra a retirada de direitos dos trabalhadores, em especial da proposta do governo que restringe o direito de greve no setor público.



Contraponto – Qual o balanço que a senhora faz dos problemas encontrados neste primeiro ano na presidência da CUT?

Neuza – Quando cheguei à presidência da CUT Rio de Janeiro encontrei uma crise política profunda. As correntes políticas internas são importantes porque representam a pluralidade de idéias e opiniões dentro da central, o problema é quando acontece apenas a disputa de espaço e poder. Isso era gerado nos sindicatos, refletia na CUT e acabava imobilizando a direção. Também encontramos uma grave crise financeira.

Contraponto – Com quantos funcionários a senhora começou a gestão?

Neuza – Começamos, em julho de 2006, com 15 funcionários. Hoje temos seis colaboradores. O primeiro semestre de nossa gestão foi voltado para repactuar as relações e formar uma base política para levar a CUT adiante. Nesse quadro foram importantes os parceiros que buscamos na Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Com isso, conseguimos participar do Grito dos Excluídos e muitas outras manifestações de rua. No segundo semestre da gestão nos defrontamos com o agravamento da velha crise financeira. E a CUT Nacional, a quem recorriamos financeiramente, indicava que estávamos com um corpo funcional além do que podíamos suportar com nossas receitas.

“Para nós é importante um sistema negocial, baseado na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).”

Contraponto – Não houve como manter os funcionários?

Neuza – A dispensa de funcionários foi a última medida que tivemos que tomar no processo de reestruturação. Alguns dos colaboradores dispensados eram fundadores da CUT. Foi muito ruim. Mas a direção entrou em consenso e percebeu a gravidade do momento e a necessidade dos cortes.

Contraponto – Quais os motivos da crise ter se agravado a esse ponto?

Neuza – Consideramos que um fator importante é a inadimplência dos sindicatos filiados. Pouco antes do início da minha gestão, houve a última desfiliação da CUT, o que lamentamos. A inadimplência é que desequilibra as contas da CUT. É preciso reduzir despesas e aumentar nosso potencial enquanto instrumento de luta da classe trabalhadora. Se a gente administrar nesse sentido, os sindicatos vão

voltar a entender a importância de manter a CUT viva.

Contraponto – Quais foram os momentos mais marcantes neste primeiro ano?

Neuza – Demos uma demonstração de firmeza política quando optamos por fazer um ato de 1º de Maio independente, classista, autônomo. O governo do Estado nos convidou para fazer um ato em conjunto com o governo municipal e com a Firjan, na Quinta da Boa Vista. Abrimos mão desses quinze minutos de fama para consolidar um processo de aproximação e aliança preferencial com os movimentos sociais, num ato na Praça 1º de Maio, em Bangu. E num momento em que a classe trabalhadora estava claramente perdendo a disputa dentro do governo federal para setores conservadores, houve o ato unificado do dia 23 de maio, chamado Dia Nacional de Lutas, que levou 7 mil pessoas às ruas só no Rio e foi um marco, um momento de maturidade.

Contraponto – Quais os resultados do Dia Nacional de Lutas e o que a CUT pretende com a Jornada Naci-

“A inadimplência dos sindicatos filiados é que desequilibra as contas da CUT.”

onal de Lutas, no início de julho, em Brasília?

Neuza – O centro desta jornada é a questão do apoio ao veto à Emenda 3 e o protesto contra o PLP 01, do PAC. E contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores. Uma vitória do ato do dia 23 de maio foi o fato de que conseguimos furar o bloqueio da grande imprensa – que é favorável à Emenda 3. No entanto, a OAB/SP começou com uma campanha pró-Emenda 3, com o mote “Fiscal não é juiz”. Ou seja, apoiando a retirada de poder do Ministério Público e dos fiscais do Trabalho de fiscalizar e multar empresas que descumprem a CLT.

Contraponto – É surpreendente para a senhora ver o ex-presidente naci-

onal da CUT, hoje ministro da Previdência, defender um projeto que restringe o direito de greve?
Neuza – É lamentável e decepcionante. Acho que ele foi cooptado por um setor que não representa os trabalhadores.

Contraponto – Mas ele afirma que o governo está atendendo a uma reivindicação histórica dos sindicatos...

Neuza – Se essa fosse a lógica do governo federal, a Mesa Nacional de Negociação estaria funcionando e não teriam colocado no PAC o PLP 01, obrigando o movimento sindical a discutir com o Congresso Nacional. Isso trata diretamente do salário do servidor público. Para nós é importante um sistema negocial, baseado na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nesse sistema temos a database, prazo para o movimento entregar sua pauta, prazo para o governo responder a pauta, tem que ter um processo negocial estabelecido para a mediação do conflito, na busca de evitá-lo. Não é este o caso. Hoje a gente tem de fazer greve para que a negociação comece a acontecer.

Falta de democracia no Sisejufe?

Ponto Qualquer um que critique tem sido considerado baderneiro

Rinaldo Martins de Oliveira*

A diretoria do sindicato tem acusado a oposição de promover “tumulto” nas Assembléias Gerais da categoria. Na verdade, qualquer um que venha exercer o seu direito democrático de crítica política às práticas adotadas pela atual direção tem sido por ela considerado baderneiro.

O suposto “tumulto” feito pela oposição é porque ela vem criticando, já há tempo, que a diretoria não tem se preocupado em envolver o conjunto da categoria judiciária (TRF, TRE, TRT, ZEs, JF, Interior), pois têm convocado Assembléias Gerais para ocorrerem sempre no horário de expediente e na porta da JF da Av. Rio Branco, dificultando e desestimulando a participação dos ser-

vidores de outros Tribunais mais distantes. As perguntas que a oposição faz são: por que não se marcam assembléias em horário e local mais compatíveis e viáveis para a maioria dos servidores? Por que, então, não se faz (e nunca se fez) um rodízio dessas Assembléias Gerais nas portas dos Tribunais? Por que foram praticamente abolidas as Assembléias Setoriais deliberativas?

A oposição tem alertado que o objetivo da diretoria em marcar todas as Assembléias Gerais na porta da JF e no horário do expediente é: 1) para garantir a fácil escolha dos seus delegados aos fóruns superiores (Fenajufe, CUT, Federais, etc), pois é naquele prédio que a direção concentra a sua atuação sindical, 2) para evitar qualquer debate de idéias mais aprofundado,

pois as Assembléias têm sido sempre apressadas em face ao tempo escasso dos servidores presentes. Entendemos que uma diretoria democrática é aquela que respeitar e estimular (*sic*) a efetiva participação do conjunto das bases e o franca troca de opiniões (*sic*), o que não está ocorrendo infelizmente.

*Servidor do TRE-RJ.

Oposição inventou o “golpe democrático”

Contraponto Eleger delegados e inviabilizar a gestão é só o que lhes interessa

Roberto Ponciano*

João Mac-Cormick*

Ao contrário do que alega o servidor Rinaldo Martins de Oliveira, não foram abolidas as assembléias setoriais deliberativas. Em maio, como preparação para o Dia Nacional de Lutas, ocorrido no dia 23 com uma passeata de 7 mil trabalhadores no Rio de Janeiro, fizemos assembléias setoriais em todos os fóruns centrais. Nestas setoriais a oposição não compareceu. Talvez essa falta de interesse se deva ao fato de que em nenhuma destas setoriais houve eleições de delegados, já que a pauta

era, como dissemos, a preparação para o ato público de 23 de maio. Houve assembléias na sede do TRE, TRT Lavradio, TRF, JF Rio Branco, JF Venezuela, Niterói. E o ato nacional foi contra o PLP 01 do governo federal, que pode inviabilizar o PL 319, o nosso plano de carreira, contra a restrição ao direito de greve, a favor do veto à emenda 3 (que flexibiliza os direitos trabalhistas) e contra a PEC 02.

Além disso, várias das assembléias deliberativas foram realizadas na sede do sindicato, fora do horário de expediente. Nestas assem-

bléias, a oposição sempre foi minoria e, apesar disso, nunca aceitou o resultado democrático. Toda vez em que são derrotados no voto, nossos opositores falam em golpe. A oposição inventou o “golpe democrático”, já que quando a maioria não é a seu favor, qualificam o resultado da assembléia de “golpe”.

As assembléias têm sido participativas, a ausência mais notada na maioria delas é justamente a da oposição. Estes servidores surgem quase sempre para eleger delegados ou inviabilizar os trabalhos da atual diretoria, como quando tentaram re-

provar as contas da gestão. É de se registrar também que, quando comparecem, antes dos processos de votação inscrevem oradores para prolongar e esvaziar as assembléias – assim buscam a possibilidade de derrotar a atual diretoria, a qual tem credibilidade e a maioria na base. O desespero chegou ao ponto de a oposição levar uma lista de votos de pessoas que não estavam na assembléia e que não participaram do debate. Tal atitude ganhou o apelido de “o golpe da lista do procurador fantasma”, já que nem o representante das pessoas listadas encontrava-se presente.

Na democracia, respeitamos a opinião da maioria. A atual gestão respeita, a oposição desrespeita. Toda vez que a oposição é derrotada em uma assembléia produz documentos difamatórios contra nossa diretoria (documentos nos quais a atual gestão jamais teve ou terá direito de resposta) e os distribui na base. Para a oposição, na sua visão turva de democracia, só vale quando sua opinião prevalece, não importando que estejam em minoria na classe.

*Diretores do Sisejufe.



7º Botequim do Sisejufe apresenta

Noite da Gafieira

Sexta-feira, 24 de agosto, a partir das 19h
com show de **Roberta Nistra** e convidados

Local: **Clube do Empresário**

Rua da Candelária 9, 14º andar – Centro – Rio de Janeiro
Informações: 2215-2443 (ramal 202) com Silvana

Tabelas do PCS

Parcelamento PCS conforme substitutivo – 1ª, 2ª e 3ª parcelas

PADRAO	ATUAL TOTAL	1a. PARCELA			Aumento		2a. PARCELA			Aumento		3a. PARCELA			Aumento		
		VB	GAJ	TOTAL	em R\$	em %	VB	GAJ	TOTAL	em R\$	em %	VB	GAJ	TOTAL	em R\$	em %	
ANALISTA	15	6.512,06	5.301,50	1.749,49	7.050,99	538,93	8,28%	5.593,72	2.013,74	7.607,46	1.095,39	16,82%	5.885,94	2.295,52	8.181,45	1.669,39	25,64%
	14	6.293,16	5.127,97	1.692,23	6.820,20	527,05	8,37%	5.415,05	1.949,42	7.364,47	1.071,32	17,02%	5.702,13	2.223,83	7.925,97	1.632,81	25,95%
	13	6.081,60	4.960,13	1.636,84	6.596,97	515,38	8,47%	5.242,11	1.887,16	7.129,27	1.047,68	17,23%	5.524,09	2.154,40	7.678,49	1.596,90	26,26%
	12	5.877,13	4.797,79	1.583,27	6.381,06	503,93	8,57%	5.074,71	1.826,90	6.901,61	1.024,48	17,43%	5.351,64	2.087,14	7.438,77	1.561,64	26,57%
	11	5.679,56	4.640,79	1.531,46	6.172,25	492,70	8,67%	4.912,69	1.768,57	6.681,26	1.001,71	17,64%	5.184,60	2.021,99	7.206,59	1.527,03	26,89%
	10	5.488,64	4.465,96	1.473,77	5.939,72	451,09	8,22%	4.709,89	1.695,56	6.405,45	916,81	16,70%	4.953,82	1.931,99	6.885,80	1.397,16	25,46%
	9	5.304,10	4.319,75	1.425,52	5.745,27	441,16	8,32%	4.559,42	1.641,39	6.200,81	896,71	16,91%	4.799,09	1.871,65	6.670,74	1.366,63	25,77%
	8	5.125,80	4.178,36	1.378,86	5.557,22	431,42	8,42%	4.413,80	1.588,97	6.002,76	876,97	17,11%	4.649,23	1.813,20	6.462,44	1.336,64	26,08%
	7	4.953,48	4.041,61	1.333,73	5.375,34	421,86	8,52%	4.272,84	1.538,22	5.811,07	857,59	17,31%	4.504,08	1.756,59	6.260,67	1.307,19	26,39%
	6	4.786,95	3.909,34	1.290,08	5.199,42	412,47	8,62%	4.136,41	1.489,11	5.625,52	838,57	17,52%	4.363,48	1.701,76	6.065,24	1.278,28	26,70%
	5	4.626,01	3.762,08	1.241,49	5.003,57	377,55	8,16%	3.965,69	1.427,65	5.393,34	767,32	16,59%	4.169,30	1.626,03	5.795,32	1.169,31	25,28%
	4	4.470,51	3.638,92	1.200,85	4.839,77	369,27	8,26%	3.839,00	1.382,04	5.221,04	750,53	16,79%	4.039,07	1.575,24	5.614,31	1.143,81	25,59%
	3	4.320,21	3.519,80	1.161,54	4.681,34	361,13	8,36%	3.716,37	1.337,89	5.054,26	734,05	16,99%	3.912,93	1.526,04	5.438,98	1.118,77	25,90%
	2	4.174,98	3.404,60	1.123,52	4.528,12	353,14	8,46%	3.597,68	1.295,16	4.892,84	717,87	17,19%	3.790,76	1.478,39	5.269,15	1.094,18	26,21%
	1	4.034,63	3.293,18	1.086,75	4.379,93	345,30	8,56%	3.482,80	1.253,81	4.736,60	701,98	17,40%	3.672,41	1.432,24	5.104,66	1.070,03	26,52%
TÉCNICO	15	3.898,97	3.185,40	1.051,18	4.236,58	337,61	8,66%	3.371,59	1.213,77	4.585,36	686,39	17,60%	3.557,78	1.387,53	4.945,31	1.046,34	26,84%
	14	3.767,91	3.081,18	1.016,79	4.097,96	330,06	8,76%	3.263,96	1.175,03	4.438,99	671,08	17,81%	3.446,75	1.344,23	4.790,98	1.023,07	27,15%
	13	3.641,25	2.980,37	983,52	3.963,90	322,65	8,86%	3.159,79	1.137,52	4.297,31	656,06	18,02%	3.339,20	1.302,29	4.641,49	1.000,24	27,47%
	12	3.518,83	2.882,87	951,35	3.834,21	315,38	8,96%	3.058,94	1.101,22	4.160,16	641,33	18,23%	3.235,02	1.261,66	4.496,67	977,85	27,79%
	11	3.400,54	2.788,57	920,23	3.708,80	308,26	9,06%	2.961,34	1.066,08	4.027,42	626,88	18,43%	3.134,11	1.222,30	4.356,41	955,87	28,11%
	10	3.286,22	2.683,35	885,50	3.568,85	282,63	8,60%	2.838,83	1.021,98	3.860,81	574,59	17,48%	2.994,32	1.167,78	4.162,10	875,88	26,65%
	9	3.175,73	2.595,53	856,53	3.452,06	276,33	8,70%	2.748,19	989,35	3.737,54	561,81	17,69%	2.900,85	1.131,33	4.032,19	856,45	26,97%
	8	3.068,99	2.510,62	828,50	3.339,12	270,13	8,80%	2.660,48	957,77	3.618,25	549,26	17,90%	2.810,33	1.096,03	3.906,37	837,38	27,29%
	7	2.965,81	2.428,47	801,40	3.229,87	264,06	8,90%	2.575,56	927,20	3.502,76	536,95	18,10%	2.722,64	1.061,83	3.784,48	818,67	27,60%
	6	2.866,10	2.349,03	775,18	3.124,21	258,11	9,01%	2.493,37	897,61	3.390,98	524,88	18,31%	2.637,71	1.028,71	3.666,41	800,31	27,92%
	5	2.769,75	2.260,42	745,94	3.006,36	236,60	8,54%	2.390,26	860,49	3.250,75	480,99	17,37%	2.520,09	982,84	3.502,93	733,18	26,47%
	4	2.676,64	2.186,44	721,53	2.907,97	231,33	8,64%	2.313,93	833,02	3.146,95	470,32	17,57%	2.441,43	952,16	3.393,58	716,95	26,79%
	3	2.586,65	2.114,90	697,92	2.812,81	226,16	8,74%	2.240,06	806,42	3.046,49	459,84	17,78%	2.365,23	922,44	3.287,67	701,02	27,10%
	2	2.499,69	2.045,70	675,08	2.720,78	221,09	8,84%	2.168,56	780,68	2.949,25	449,55	17,98%	2.291,42	893,66	3.185,08	685,39	27,42%
	1	2.415,66	1.978,78	653,00	2.631,78	216,12	8,95%	2.099,36	755,77	2.855,12	439,46	18,19%	2.219,93	865,77	3.085,71	670,05	27,74%
AUXILIAR	15	2.334,45	1.903,08	628,02	2.531,09	196,64	8,42%	2.010,42	723,75	2.734,18	399,73	17,12%	2.117,77	825,93	2.943,70	609,25	26,10%
	14	2.255,97	1.835,54	605,73	2.441,27	185,30	8,21%	1.935,72	696,86	2.632,58	376,61	16,69%	2.035,90	794,00	2.829,90	573,93	25,44%
	13	2.180,13	1.770,43	584,24	2.354,67	174,54	8,01%	1.863,84	670,98	2.534,82	354,69	16,27%	1.957,24	763,33	2.720,57	540,44	24,79%
	12	2.106,83	1.707,65	563,52	2.271,17	164,34	7,80%	1.794,66	646,08	2.440,74	333,91	15,85%	1.881,67	733,85	2.615,52	508,69	24,14%
	11	2.036,01	1.647,13	543,55	2.190,68	154,67	7,60%	1.728,09	622,11	2.350,21	314,20	15,43%	1.809,06	705,53	2.514,59	478,59	23,51%
	10	1.967,55	1.585,33	523,16	2.108,49	140,94	7,16%	1.657,16	596,58	2.253,74	286,19	14,55%	1.728,99	674,31	2.403,30	435,75	22,15%
	9	1.901,42	1.529,22	504,64	2.033,87	132,45	6,97%	1.595,81	574,49	2.170,31	268,89	14,14%	1.662,41	648,34	2.310,75	409,33	21,53%
	8	1.837,50	1.475,11	486,79	1.961,90	124,40	6,77%	1.536,77	553,24	2.090,00	252,50	13,74%	1.598,42	623,38	2.221,80	384,30	20,91%
	7	1.775,71	1.422,93	469,57	1.892,49	116,78	6,58%	1.479,92	532,77	2.012,70	236,99	13,35%	1.536,92	599,40	2.136,32	360,61	20,31%
	6	1.716,03	1.372,63	452,97	1.825,59	109,57	6,38%	1.425,23	513,08	1.938,32	222,29	12,95%	1.477,84	576,36	2.054,20	338,17	19,71%
	5	1.658,33	1.321,39	436,06	1.757,45	99,12	5,98%	1.367,14	492,17	1.859,31	200,98	12,12%	1.412,89	551,03	1.963,91	305,58	18,43%
	4	1.602,59	1.274,73	420,66	1.695,39	92,80	5,79%	1.316,70	474,01	1.790,71	188,13	11,74%	1.358,67	529,88	1.888,56	285,97	17,84%
	3	1.548,70	1.229,73	405,81	1.635,54	86,84	5,61%	1.268,15	456,53	1.724,68	175,98	11,36%	1.306,57	509,56	1.816,13	267,42	17,27%
	2	1.496,64	1.186,34	391,49	1.577,83	81,19	5,42%	1.221,41	439,71	1.661,12	164,48	10,99%	1.256,49	490,03	1.746,52	249,88	16,70%
	1	1.446,34	1.144,50	377,69	1.522,19	75,85	5,24%	1.176,44	423,52	1.599,95	153,61	10,62%	1.208,37	471,26	1.679,63	233,29	16,13%

Elaboração: Economista Washington Luiz Moura Lima

Parcelamento PCS conforme substitutivo – 4ª, 5ª e 6ª parcelas

PADRAO	ATUAL TOTAL	4a. PARCELA			Aumento		5a. PARCELA			Aumento		6a. PARCELA			Aumento		
		VB	GAJ	TOTAL	em R\$	em %	VB	GAJ	TOTAL	em R\$	em %	VB	GAJ	TOTAL	em R\$	em %	
ANALISTA	15	6.512,06	6.178,16	2.594,83	8.772,98	2.260,92	34,72%	6.567,78	3.021,18	9.588,96	3.076,90	47,25%	6.957,41	3.478,71	10.436,12	3.924,05	60,26%
	14	6.293,16	5.989,22	2.515,47	8.504,69	2.211,53	35,14%	6.371,99	2.931,12	9.303,11	3.009,95	47,83%	6.754,77	3.377,38	10.132,15	3.838,99	61,00%
	13	6.081,60	5.806,08	2.438,55	8.244,63	2.163,03	35,57%	6.182,05	2.843,74	9.025,79	2.944,20	48,41%	6.558,03	3.279,01	9.837,04	3.755,44	61,75%
	12	5.877,13	5.628,56	2.363,99	7.992,55	2.115,42	35,99%	5.997,79	2.758,98	8.756,77	2.879,64	49,00%	6.367,02	3.183,51	9.550,52	3.673,39	62,50%
	11	5.679,56	5.456,50	2.291,73	7.748,23	2.068,67	36,42%	5.819,03	2.676,76	8.495,79	2.816,23	49,59%	6.181,57	3.090,78	9.272,35	3.592,80	63,26%
	10	5.488,64	5.197,74	2.183,05	7.380,80	1.892,16	34,47%	5.522,98	2.540,57	8.063,55	2.574,91	46,91%	5.848,22	2.924,11	8.772,33	3.283,69	59,83%
	9	5.304,10	5.038,76	2.116,28	7.155,04	1.850,94	34,90%	5.358,32	2.464,83	7.823,15	2.519,05	47,49%	5.677,88	2.838,94	8.516,83	3.212,72	60,57%
	8	5.125,80	4.884,67	2.051,56	6.936,24	1.810,44	35,32%	5.198,59	2.391,35	7.589,94	2.464,15	48,07%	5.512,51	2.756,25	8.268,76	3.142,97	61,32%
	7	4.953,48	4.735,32	1.988,83	6.724,15	1.770,67	35,75%	5.043,63	2.320,07	7.363,71	2.410,22	48,66%	5.351,95	2.675,97	8.027,92	3.074,44	62,07%
	6	4.786,95	4.590,55	1.928,03	6.518,58	1.731,63	36,17%	4.893,31	2.250,92	7.144,23	2.357,28	49,24%	5.196,07	2.598,03	7.794,10	3.007,15	62,82%
	5	4.626,01	4.372,91	1.836,62	6.209,53	1.583,52	34,23%	4.644,38	2.136,42	6.780,80	2.154,79	46,58%	4.915,86	2.457,93	7.373,80	2.747,78	59,40%
	4	4.470,51	4.239,15	1.780,44	6.019,59	1.549,09	34,65%	4.505,92									

As conquistas do PCS3

Categoria A luta foi correta

O Plano de Cargos e Salários 3, em seu embrião, extinguiu os cargos de auxiliar, acabava com a paridade entre ativos e aposentados ao criar vinte níveis na carreira (os cinco últimos não seriam acessíveis a quem já estava aposentado), indicando o nascimento de um verdadeiro “monstrinho”. Se compararmos o que o PCS3 era no início com o que se tornou depois de aprovado, após negociação e enfrentamento, veremos que o Sisejufe e a Fenajufe estavam corretos em organizar a luta dos trabalhadores e participar das discussões, não se coadunando com a visão sectária de que o PCS era “do Lula, do Jobim” e, pasmem, “do FMI”.

Para efeitos de comparação, o PCS2 foi aprovado em junho de 2002 com a GAJ caindo de 50% para 12% e em 4 parcelas durante 4 exercícios fiscais. O impacto era da ordem de R\$ 3 bilhões. O PCS3, com o impacto de quase o dobro, foi aprovado em 6 parcelas durante 3 exercícios fiscais (dois anos e meio), sem alterar a proposta original da GAJ, que ficou em 50%.

E melhorias ainda poderão acontecer. Agora a luta continua em outras frentes. E vamos lutar pelo Plano de Carreira, por mais uma vitória!

Oposição sugere pagar dívidas com a verba de salários

Em um debate sobre pagamento de passivos e a progressão ordinária durante o estágio probatório, vedada no PCS2 e conquistada no PCS3, observe o texto da oposição:

“A verdade é que é mais fácil o TRE pagar o novo salário já renivelado dos servidores em estágio, com o dinheiro que dispõe e se faltar no final do ano para despesa ordinária com pessoa, (sic) pedir ao TSE, do que depois pagar os passivos pois sempre alega que não tem o valor e o TSE não tem para dar. Esta tem sido a realidade.”

Enquanto a oposição sugere pagar uma dívida atual com o salário dos servidores e esperar um orçamento suplementar para pagar salários no fim do ano, a diretoria do sindicato tem certeza que a solução é buscar uma suplementação orçamentária. A Justiça Federal antecipou o pagamento de dívidas no passado e os servidores “pagaram o pato”. Ficaram sem décimo-terceiro, férias e vale-alimentação à espera de dotação orçamentária complementar. Tal atitude é típica de quem não tem compromisso com a categoria, mas apenas com seu próprio palanque eleitoral.

Parcelamento FC CJ

PARCELAMENTO CJ OPÇÃO CARGO EM COMISSÃO							
		15%	Aumento	30%	Aumento	45%	Aumento
CJ/FC	ATUAL	1a. Parcela	em R\$	2a. Parcela	em R\$	3a. Parcela	em R\$
CJ-4	7.791,17	8.375,51	584,34	8.959,85	1.168,68	9.544,19	1.753,02
CJ-3	6.901,68	7.419,31	517,63	7.936,93	1.035,25	8.454,56	1.552,88
CJ-2	6.071,16	6.526,50	455,34	6.981,83	910,67	7.437,17	1.366,01
CJ-1	5.297,24	5.694,53	397,29	6.091,82	794,59	6.489,12	1.191,88

PARCELAMENTO CJ OPÇÃO CARGO EM COMISSÃO							
		60%	Aumento	80%	Aumento	100%	Aumento
CJ/FC	ATUAL	4a. Parcela	em R\$	5a. Parcela	em R\$	6a. Parcela	em R\$
CJ-4	7.791,17	10.128,52	2.337,35	10.907,64	3.116,47	11.686,76	3.895,59
CJ-3	6.901,68	8.972,19	2.070,50	9.662,35	2.760,67	10.352,52	3.450,84
CJ-2	6.071,16	7.892,51	1.821,35	8.499,62	2.428,46	9.106,74	3.035,58
CJ-1	5.297,24	6.886,41	1.589,17	7.416,14	2.118,90	7.945,86	2.648,62

PARCELAMENTO FC CJ OPÇÃO CARREIRA EFETIVA							
		Total	Aumento	Total	Aumento	Total	Aumento
CJ/FC	ATUAL	1a. Parcela	em R\$	2a. Parcela	em R\$	3a. Parcela	em R\$
CJ-4	2.986,74	3.678,19	691,45	4.369,64	1.382,90	5.061,09	2.074,34
CJ-3	2.687,66	3.293,88	606,22	3.900,10	1.212,44	4.506,33	1.818,66
CJ-2	2.389,39	2.918,89	529,50	3.448,39	1.059,00	3.977,88	1.588,50
CJ-1	2.090,31	2.551,48	461,18	3.012,66	922,35	3.473,83	1.383,53
FC-06	1.792,04	1.984,09	192,05	2.176,14	384,09	2.368,18	576,14
FC-05	1.523,27	1.629,64	106,37	1.736,00	212,73	1.842,37	319,10
FC-04	1.253,69	1.356,62	102,93	1.459,55	205,86	1.562,48	308,79
FC-03	984,92	1.044,04	59,12	1.103,17	118,25	1.162,29	177,37
FC-02	775,97	837,33	61,36	898,70	122,72	960,06	184,08
FC-01	597,34	660,62	63,27	723,89	126,55	787,16	189,82

PARCELAMENTO FC CJ OPÇÃO CARREIRA EFETIVA							
		Total	Aumento	Total	Aumento	Total	Aumento
CJ/FC	ATUAL	4a. Parcela	em R\$	5a. Parcela	em R\$	6a. Parcela	em R\$
CJ-4	2.986,74	5.752,53	2.765,79	6.674,46	3.687,72	7.596,39	4.609,65
CJ-3	2.687,66	5.112,55	2.424,89	5.920,84	3.233,18	6.729,14	4.041,48
CJ-2	2.389,39	4.507,38	2.118,00	5.213,38	2.823,99	5.919,38	3.529,99
CJ-1	2.090,31	3.935,01	1.844,70	4.549,91	2.459,60	5.164,81	3.074,50
FC-06	1.792,04	2.560,23	768,19	2.816,29	1.024,25	3.072,36	1.280,31
FC-05	1.523,27	1.948,74	425,46	2.090,56	567,29	2.232,38	709,11
FC-04	1.253,69	1.665,41	411,72	1.802,65	548,96	1.939,89	686,20
FC-03	984,92	1.221,41	236,49	1.300,24	315,32	1.379,07	394,15
FC-02	775,97	1.021,42	245,44	1.103,23	327,26	1.185,05	409,07
FC-01	597,34	850,44	253,09	934,80	337,46	1.019,17	421,82

Observações:

Os valores do anexo VII, do texto substitutivo, são menores que os valores acima das CJ de 1 a 4 Opção Carreira Efetiva.

O PCS3 (Lei 11.416/2006) foi o plano mais debatido em toda a categoria. Veja as conquistas:

1. Aumento médio nominal de salário de 60%.
2. Paridade entre ativos e aposentados.
3. Quinze níveis na carreira.
4. Três cargos: analista, técnico e auxiliar.
5. Adicional de qualificação de 1% a 3% e 7,5% a 12,5%.
6. GAJ de 50%.
7. Gratificação de agente de segurança (GAS) de 35%.
8. Gratificação de atividade externa (GAE) de 35%.
9. Critérios para o preenchimento de FC e CJ a serem definidos em regulamento.
10. Cinquenta por cento das CJs são para os servidores do órgão.
11. Oitenta por cento das FCs são para servidores do judiciário da União.
12. Para efeito do instituto de remoção (RJU) conceitua-se Quadro toda a justiça especializada.
13. Solução definitiva para os servidores que se enquadram na questão do B-17, que poderiam sofrer uma redução salarial de 30%.
14. Realização da promoção ordinária durante estágio probatório.
15. Estabelecimento de um prazo de 180 dias para a regulamentação.
16. Participação das entidades na regulamentação.

Ação judicial para reajuste da VNPI

O Sisejufe, a partir de uma análise jurídica do significado dos reajustes promovidos pelas Leis 10.475/2002 e 11.416/2006, está elaborando ação judicial para pedir o reajuste da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) dos quintos incorporados dos seus associados.

As leis 10.475 e 11.416 promoveram alterações que reajustaram a remuneração dos servidores, inclusive no tocante às funções comissionadas e cargos em comissão. No entanto, tais mudanças não se refletiram na VPNI dos quintos de FC ou CJ incorporados pelos servidores do Poder Judiciário da União. O servidor sindicalizado interessado deverá entrar em contato com o departamento jurídico tendo em mãos cópia de sua ficha ou histórico funcional e do último contracheque.

Sisejufe custeia os honorários

O sindicato não cobra dos sindicalizados os honorários advocatícios nos procedimentos prestados pelo seu departamento jurídico como os processos administrativos e processos judiciais da área administrativa.

O sindicalizado só arca com as custas judiciais necessárias para ingressar com uma ação e com as demais despesas processuais, como, por exemplo, perícias e cálculos judiciais.

O Sisejufe está à disposição para qualquer ação específica com relação a salários e vantagens pessoais, bastando, para tanto, contactar nosso departamento jurídico no telefone (21) 2215-2443.

Trem da alegria à vista!

PEC 02 Requisitados fazem lobby na Câmara para efetivação



O país poderá assistir em breve a oficialização de mais uma avalanche de irregularidades promovidas por políticos. O trem da alegria da vez poderá ser formalizado com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 02/2003 que permite aos servidores requisitados de qualquer Poder possam ser efetivados sem a realização do respectivo concurso público. Iniciativa do deputado federal Gonzaga Patriota (PSB-PE), a PEC 02 está pronta para ser votada no plenário da Câmara em regime de urgência. Se aprovada, poderá efetivar, por exemplo, milhares de servidores da União, dos estados e dos municípios, nas três esferas de poder, Legislativo, Executivo e Judiciário. Entre os servidores, 631 são secretários parlamentares e 174 ocupam cargos de natureza especial.

Na avaliação de entidades representativas do funcionalismo em todo o país, inclusive o Sisejufe, a proposta do deputado é oportunista e quer burlar o con-

curso público. A iniciativa atende a interesses menores, privados, incompatíveis com o interesse público. A PEC 02 fere os princípios da moralidade e da impessoalidade garantidos pela Constituição. Os sindicatos defendem que a prestação do concurso é a única forma democrática de ingresso no serviço público.

A alteração da Constituição criará um atalho que promoverá a efetivação de uma pessoa em um cargo para o qual ela não fez concurso. Um exame cuidadoso da PEC 02 mostra que ela fere o Artigo 60 da Constituição, pois quebra o fundamento da cidadania e se desvia da diretriz da isonomia, atropelando, de quebra, o art. 37 que estabeleceu o concurso público como a porta da frente do serviço público. A PEC 02 acrescenta os artigos 90 e 91 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e abre a porta para que os servidores requisitados optem pela alteração de sua lotação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário.

Requisitados há dez anos no cargo

No Rio, a situação é gritante no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Lá, há servidor que está fora de sua lotação de origem há mais de dez anos, quando a lei determina que o prazo é de um ano, prorrogável por mais um. Os mais de 200 cartórios espalhados pelo estado mantinham servidores em situação irregular. O Sisejufe entrou com ação no Tribunal de Contas da União (TCU) e no Supremo Tribunal Federal (STF). As duas instituições se posicionaram favoravelmente ao sindicato. O TRE cumpriu em parte a determinação de devolver os requisitados, já que nem todos foram encaminhados para as suas lotações de origem. Enquanto os requisitados não forem todos encaminhados para suas funções de origem, continuam prejudicados os classificados no último concurso do TRE.

Por outro lado, quem está não quer sair. Existe até uma associação de re-

quisitados que não vem medindo esforços para garantir a aprovação da PEC 02, fazendo lobby para se manter onde estão. Muitos servidores cedidos trabalham atualmente em gabinetes de deputados. O próprio presidente do TRE, desembargador Roberto Wider, se autodenominou um requisitado num evento promovido por esses servidores. É evidente o esforço do TRE em manter os servidores requisitados em seus quadros. Com a perspectiva de a PEC 02 ser votada em breve, o tribunal estaria prolongando a permanência desse pessoal para que fossem beneficiados pelo o que está previsto no projeto.

O sindicato vai propor a realização de uma campanha para pressionar o presidente da Câmara, deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP), a não colocar a PEC 02 em votação. A ideia é fazer um abaixo-assinado e enviá-lo aos parlamentares.

Quadrilha anima a festa no Clube do Empresário

Botequim Arraiá do Sisejufe reuniu a categoria dia 22 de junho

Diretores e funcionários do sindicato, juntamente com dezenas de servidores do Judiciário Federal, foram flagrados participando de uma quadrilha. Na noite do Arraiá do Sisejufe, festa junina da sexta edição do Botequim, houve também cirandas, jongo e congada. As danças típicas foram animadas pelo grupo Pé-de-chinelo e, no decorrer da festa, o diretor Otton Cid – que cuida da área de Cultura e Formação do Sisejufe – subiu ao palco para apresentar modas de violas e clássicos caipiras.

A noite se estendeu com o forró pé-de-serra da cantora Roberta Nistra e seus convidados, no qual foram cúmplices não só os “qua-



Na roda: servidores e familiares se divertiram a valer com as cirandas e quadrilhas do grupo Pé-de-Chinelo



Pescaria: criançada disputou brindes



Roberta Nistra: o melhor do forró



Danças típicas: jongo e congada



Dupla caipira: modas de viola



Arrasta pé: baile foi até a madrugada

drilheiros”, mas todos os que estavam na festa, incluindo famílias inteiras com

crianças. Na próxima edição do Botequim, também no Clube do Empresário, a fes-

ta será de gafeira. A expectativa é de que muita gente dance – pelo salão, é claro.

Diretoria organiza a administração do sindicato

Responsabilidade Saiba quais foram as principais mudanças nos últimos 22 meses

Roberto Ponciano*
João Mac-Cormick*

A diretoria do Sisejufe sempre privilegiou a legalidade como diretriz. Com que moral poderíamos cobrar do diretor do Foro, por exemplo, para que este cumpra uma decisão judicial, se nós não cumprimos a lei? Enquanto alguns sindicatos, ligados a outras centrais sindicais, têm de buscar empréstimo a juros altos na iniciativa privada para pagar depósito de INSS funcional atrasado, pois empregaram o dinheiro da categoria no financiamento dos atos de tal central, o Sisejufe respeita o dinheiro da categoria, promove dezenas de atividades e mantém reserva financeira para as lutas.

A recuperação administrativa do sindicato começou já na gestão passa-

da, após renúncia do grupo que hoje está na oposição. O sindicato estava à beira de um colapso, com R\$ 60 mil em dívidas e a sede quebrada, com portas caindo e pisos soltando. Houve uma suposta reforma, sem autorização, feita pelo irmão de um ex-diretor que logo depois renunciou (era e é proibida a contratação de parentes pelo sindicato). A Diretoria de Administração e Finanças, nesses 22 meses de gestão, se deparou com inúmeras situações deixadas pelas diretorias anteriores do sindicato, como inexistência de livros contábeis, dívidas de impostos federais, falta de alvará e outras irregularidades.

De lá para cá tivemos várias mudanças administrativas, que recolocaram o sindicato no rumo certo. Conheça as principais conquistas:

1. Assinatura da carteira de trabalho dos funcionários, sem exceção.
2. Pagamento de dívidas de mais de R\$ 60 mil, incluindo impostos federais.
3. Pagamento das multas relativas aos impostos federais.
4. Retirada do Sisejufe do Cadastro de Inadimplência da Receita Federal.
5. Cadastramento do Sindicato no Ministério do Trabalho e Emprego.
6. Obtenção do alvará de funcionamento do Sindicato para a Av. Presidente Vargas.
7. Regularização do CNPJ.
8. Confeção e registro de todos os livros contábeis.
9. Troca do escritório de contabilidade.
10. Elaboração de contratos com o escritório de advocacia, suporte técnico de informática e com serviços de manutenção do ar-condicionado.
11. Regularização de programas de computador com a devida licença, utilizando software livre.
12. Realização de curso de Linux para os funcionários;
13. Atualização do parque telemático com a compra de vários equipamentos, entre eles 14 computadores.
14. Atualização do cadastro de sindicalizados, com a retirada de falecidos e exonerados, que ainda faziam parte da listagem.
15. Solicitação da sindicalização de servidores com o plano de saúde corporativo da Unimed.
16. Elaboração e distribuição das carteiras de sindicalizados.

E ainda não terminou. Foi importante a reforma da sede da Presidente Vargas. O espaço era separado por simples divisórias e o atendimento ao sindicalizado era feito de forma genérica. A rede de computadores não funcionava e os disjuntores eram mal-dimensi-

onados. O piso estava descolando do chão, colocando em risco funcionárias(os) e sindicalizadas(os). Não havia cadeiras para o auditório (eram emprestadas por uma outra entidade do movimento social). Não havia sala de reunião da diretoria. O auditório não

comportava mais do que 50 pessoas sentadas e hoje comporta mais de 90, podendo ser dividido em dois ambientes. Não existia projetor multimídia e nenhum equipamento de som com monitor (mesa integrada com som ambiente em todas as dependências do sindicato). Também não havia banheiro para deficientes físicos. Não existia uma copa, as mesas estavam com rachaduras e os armários eram inadequados.

Tudo isso mudou e a direção do Sisejufe convida todas(os) as(os) sindicalizadas(os) para visitar a nova sede do sindicato na Av. Presidente 509, 11º, e conferir a diferença. Estamos demonstrando que é possível organizar as lutas dos trabalhadores tendo responsabilidade com o patrimônio e o nome do sindicato, respeitando o ordenamento jurídico vigente. O trabalho continua e muitas vitórias ainda acontecerão porque o Sisejufe hoje é um sindicato de luta!

*Diretores do Sisejufe.